

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	121
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.002.356
Preferenciais	0
Total	9.002.356

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	13/03/2015	Ordinária		0,71000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	8.814.967	8.882.925
1.01	Ativo Circulante	319.900	681.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	207.740	119.227
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.915	67.864
1.01.03	Contas a Receber	74.602	464.114
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	74.602	464.114
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	57.110	448.233
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	17.492	15.881
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.627	30.713
1.01.07	Despesas Antecipadas	16	39
1.02	Ativo Não Circulante	8.495.067	8.200.968
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	802.910	831.205
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.758	1.479
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.758	1.479
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	750.000	806.456
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	39.152	23.270
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	39.004	23.122
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148
1.02.02	Investimentos	7.445.994	7.123.600
1.02.02.01	Participações Societárias	7.445.994	7.123.600
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.416.481	7.099.524
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	29.513	24.076
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	8.814.967	8.882.925
2.01	Passivo Circulante	26.693	1.088.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	153	158
2.01.02	Fornecedores	271	536
2.01.03	Obrigações Fiscais	206	110
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.221	874.312
2.01.04.02	Debêntures	4.221	874.312
2.01.05	Outras Obrigações	21.842	213.537
2.01.05.02	Outros	21.842	213.537
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.683	213.301
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	7.159	236
2.02	Passivo Não Circulante	931.712	96.273
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	799.321	0
2.02.01.02	Debêntures	799.321	0
2.02.04	Provisões	132.391	96.273
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.206	4.201
2.02.04.02	Outras Provisões	128.185	92.072
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	128.185	92.072
2.03	Patrimônio Líquido	7.856.562	7.697.999
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	547.462	547.462
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.783	5.848
2.03.04	Reservas de Lucros	2.964.477	3.255.662
2.03.04.01	Reserva Legal	397.177	397.177
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.439.461	1.439.461
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	188.976
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-205.227	-103.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	384.935	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.371	7.149
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	94.848	43.192

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	399.809	241.209
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11	-19.276
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	399.820	260.485
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	399.809	241.209
3.06	Resultado Financeiro	-22.637	-687
3.06.01	Receitas Financeiras	39.394	29.996
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.031	-30.683
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	377.172	240.522
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.699	6.401
3.08.01	Corrente	-4.581	0
3.08.02	Diferido	12.280	6.401
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	384.871	246.923
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	384.871	246.923
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,70490	0,45500
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,69950	0,45160

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	384.871	246.923
4.02	Outros Resultados Abrangentes	64.878	6.268
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.222	48
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	51.656	6.220
4.03	Resultado Abrangente do Período	449.749	253.191

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	571.552	523.694
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	569.182	528.191
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	384.871	246.923
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-399.820	-260.485
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	62.986	31.244
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.280	-6.401
6.01.01.05	Dividendos Recebidos de Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	533.425	516.910
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.370	-3.938
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	13.086	7.141
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	-1.611	-370
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	23	1.907
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-265	-478
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	-5	0
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	96	36
6.01.02.07	Demais Contas a Pagar (PC)	6.923	285
6.01.02.08	Impostos a Recuperar (ANC)	-15.882	-12.463
6.01.02.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	5	4
6.01.03	Outros	0	-559
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-559
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	47.949	-124.613
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgastes	47.949	-1.013
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	0	-123.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-530.988	-443.483
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	799.042	0
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-800.000	0
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-96.683	-75.489
6.03.04	Dividendos Pagos	-387.594	-387.928
6.03.05	Aquisição de Ações de Própria Emissão para Manutenção em Tesouraria	-102.209	0
6.03.06	Venda de Ações em Tesouraria p/ Controladas	0	12.653
6.03.07	Custos na Emissão de Ações	0	-2.260
6.03.08	Sociedades Relacionadas	56.456	9.541
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	88.513	-44.402
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.227	110.278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	207.740	65.876

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-291.185	0	0	0	-291.185
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-102.209	0	0	0	-102.209
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais em Assembleia Geral	0	-188.976	0	0	0	-188.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	384.871	64.878	449.749
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	384.871	0	384.871
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64.878	64.878
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.222	13.222
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	51.656	51.656
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-65	0	64	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-65	0	65	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1
5.07	SalDOS Finais	3.838.686	348.018	3.169.704	384.935	115.219	7.856.562

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	0	0	489.534
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais em Assembleia Geral	0	-161.584	0	0	0	-161.584
5.04.09	Ágio na Subscrição de Ações	0	498.812	0	0	0	498.812
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.923	6.268	253.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.923	0	246.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.268	6.268
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	48	48
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.220	6.220
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-64	0	54	0	-10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-64	0	64	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10	0	-10
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.609	2.706.632	246.977	49.772	7.262.676

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	1.265	-18.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.063	-22.833
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	6.328	4.773
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.265	-18.060
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.265	-18.060
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	439.215	290.481
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	399.820	260.485
7.06.02	Receitas Financeiras	39.394	29.996
7.06.03	Outros	1	0
7.06.03.01	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio de Investimentos a Custo	1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	440.480	272.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	440.480	272.421
7.08.01	Pessoal	1.073	1.024
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.582	-6.920
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.118	31.394
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	384.871	246.923
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	384.871	246.923

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	19.933.679	19.480.382
1.01	Ativo Circulante	9.782.585	9.502.357
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.493.995	2.827.369
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.304.590	1.441.813
1.01.03	Contas a Receber	2.885.674	2.647.443
1.01.03.01	Clientes	2.819.205	2.604.101
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66.469	43.342
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	66.469	43.342
1.01.04	Estoques	2.347.317	1.925.002
1.01.06	Tributos a Recuperar	641.965	593.462
1.01.07	Despesas Antecipadas	109.044	67.268
1.02	Ativo Não Circulante	10.151.094	9.978.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.796.052	1.657.476
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	210.182	120.322
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.618	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	154.358	149.638
1.02.01.03.01	Clientes	146.220	143.806
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.138	5.832
1.02.01.06	Tributos Diferidos	494.680	462.573
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	494.680	462.573
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	126.185	131.228
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.490	10.858
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	10.368
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	15.490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	784.539	772.239
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	77.508	75.404
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	707.031	696.835
1.02.02	Investimentos	80.414	70.465
1.02.02.01	Participações Societárias	80.414	70.465
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	77.600	67.651
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	5.143.664	5.091.971
1.02.04	Intangível	3.130.964	3.158.113

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	19.933.679	19.480.382
2.01	Passivo Circulante	4.571.307	5.692.082
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	241.099	294.579
2.01.02	Fornecedores	1.123.700	1.279.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.050.785	1.196.876
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	72.915	82.626
2.01.03	Obrigações Fiscais	280.137	273.234
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.746.301	3.442.364
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.686.224	2.554.730
2.01.04.02	Debêntures	57.566	884.900
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.511	2.734
2.01.05	Outras Obrigações	94.376	322.217
2.01.05.02	Outros	94.376	322.217
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.739	218.375
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	53.422	80.392
2.01.05.02.05	Receita Diferida	21.215	23.450
2.01.06	Provisões	85.694	80.186
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	69.283	64.169
2.01.06.02	Outras Provisões	16.411	16.017
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.999	4.598
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	11.412	11.419
2.02	Passivo Não Circulante	7.475.529	6.061.705
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.231.750	4.932.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.989.611	3.489.586
2.02.01.02	Debêntures	2.198.354	1.398.952
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.785	44.310
2.02.02	Outras Obrigações	87.860	86.090
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.372	4.372
2.02.02.02	Outros	83.488	81.718
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	74.629	74.009
2.02.02.02.04	Receita Diferida	8.859	7.709
2.02.03	Tributos Diferidos	219.840	152.847
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	219.840	152.847
2.02.04	Provisões	936.079	889.920
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	627.956	623.272
2.02.04.02	Outras Provisões	308.123	266.648
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	67.273	66.204
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	112.665	108.372
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	128.185	92.072
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.886.843	7.726.595
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	547.462	547.462
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.783	5.848
2.03.04	Reservas de Lucros	2.964.477	3.255.662
2.03.04.01	Reserva Legal	397.177	397.177
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.439.461	1.439.461

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	188.976
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-205.227	-103.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	384.935	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.371	7.149
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	94.848	43.192
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	30.281	28.596

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.403.640	15.946.864
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.821.547	-14.674.871
3.03	Resultado Bruto	1.582.093	1.271.993
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-831.394	-784.261
3.04.01	Despesas com Vendas	-584.204	-504.836
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-287.992	-303.900
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43.718	27.042
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	21.458	20.014
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	22.260	7.028
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.916	-2.567
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	750.699	487.732
3.06	Resultado Financeiro	-181.243	-114.769
3.06.01	Receitas Financeiras	103.458	90.426
3.06.02	Despesas Financeiras	-284.701	-205.195
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	569.456	372.963
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-182.844	-123.688
3.08.01	Corrente	-145.262	-139.503
3.08.02	Diferido	-37.582	15.815
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	386.612	249.275
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	386.612	249.275
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	384.871	246.923
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.741	2.352
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,70490	0,45500
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,69950	0,45160

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	386.612	249.275
4.02	Outros Resultados Abrangentes	64.878	6.268
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.222	48
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	51.656	6.220
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	451.490	255.543
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	449.749	253.191
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.741	2.352

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	239.780	-36.442
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.217.695	595.815
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	386.612	249.275
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	2.916	2.567
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	235.875	214.283
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS s/ Depreciação	3.266	3.102
6.01.01.05	Despesas com Retirada de Tanques	-1.020	-998
6.01.01.06	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	573.779	149.447
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.582	-15.815
6.01.01.08	Resultado na Venda de Bens	-22.260	-7.028
6.01.01.09	Outros	945	982
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-848.383	-510.765
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	-215.104	-59.564
6.01.02.02	Estoques (AC)	-420.679	-249.601
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-48.503	-1.730
6.01.02.04	Demais Contas a Receber (AC)	-23.127	-18.531
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-41.777	-27.221
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-155.803	-110.659
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais (PC)	-53.480	-87.914
6.01.02.08	Obrigações Tributárias (PC)	25.653	214
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contr. Social (PC)	109.546	90.852
6.01.02.11	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PC)	5.114	-1.245
6.01.02.12	Receita Diferida (PC)	-2.235	1.281
6.01.02.13	Demais Contas a Pagar (PC)	-27.988	-46.647
6.01.03	Outros	-129.532	-121.492
6.01.03.01	Contas a Receber (ANC)	-2.414	-763
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-2.104	-9.666
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-10.196	-23.263
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	-2.306	-661
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	5.043	1.153
6.01.03.06	Benefícios Pós-Emprego (PNC)	4.286	3.799
6.01.03.07	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	4.684	17.907
6.01.03.08	Demais Contas a Pagar (PNC)	620	-1.431
6.01.03.09	Receita Diferida (PNC)	1.150	260
6.01.03.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-128.295	-108.827
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-122.594	762
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	47.362	129.667
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-129.761	-106.414
6.02.04	Aquisição de Intangível	-79.409	-41.837
6.02.05	Aporte de Capital em Controladas em Conjunto	0	-9.000
6.02.06	Receita com a Venda de Bens	39.214	19.223
6.02.07	Caixa e Equivalentes de Caixa de Controladas Adquiridas	0	9.123
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-468.906	-83.977
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	1.177.828	935.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-960.632	-253.557
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-179.839	-374.935
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-1.404	-1.270
6.03.05	Dividendos Pagos	-387.650	-387.933
6.03.06	Aquisição de Ações de Própria Emissão para Manutenção em Tesouraria	-102.209	0
6.03.07	Custos na Emissão de Ações	0	-2.260
6.03.08	Sociedades Relacionadas	-15.000	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	18.346	-171
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-333.374	-119.828
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.827.369	2.276.069
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.493.995	2.156.241

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-291.185	0	0	0	-291.185	0	-291.185
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-102.209	0	0	0	-102.209	0	-102.209
5.04.08	Aprovação de Dividendos Adicionais em Assembleia Geral	0	-188.976	0	0	0	-188.976	0	-188.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	384.871	64.878	449.749	1.741	451.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	384.871	0	384.871	1.741	386.612
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64.878	64.878	0	64.878
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.222	13.222	0	13.222
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	51.656	51.656	0	51.656
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-65	0	64	0	-1	-56	-57
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-65	0	65	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.06.04	Dividendos de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-56	-56
5.07	Saldos Finais	3.838.686	348.018	3.169.704	384.935	115.219	7.856.562	30.281	7.886.843

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	0	0	489.534	0	489.534
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653	0	12.653
5.04.08	Aprovação de Dividendos em Assembleia Geral	0	-161.584	0	0	0	-161.584	0	-161.584
5.04.09	Ágio na Subscrição de Ações	0	498.812	0	0	0	498.812	0	498.812
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.923	6.268	253.191	2.352	255.543
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.923	0	246.923	2.352	249.275
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.268	6.268	0	6.268
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	48	48	0	48
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.220	6.220	0	6.220
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-64	0	54	0	-10	-41	-51
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-64	0	64	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10	0	-10	0	-10
5.06.04	Dividendos de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-41	-41
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.609	2.706.632	246.977	49.772	7.262.676	29.236	7.291.912

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	17.848.209	16.322.445
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.833.266	16.316.687
7.01.02	Outras Receitas	22.260	7.028
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens	22.260	7.028
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.317	-1.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.263.268	-15.076.949
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.908.778	-13.768.141
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-459.259	-457.564
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.432	-538
7.02.04	Outros	-893.799	-850.706
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-893.799	-850.706
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.584.941	1.245.496
7.04	Retenções	-239.141	-217.385
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-235.875	-214.283
7.04.02	Outras	-3.266	-3.102
7.04.02.01	Créditos de PIS e Cofins s/ Depreciação	-3.266	-3.102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.345.800	1.028.111
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.053	113.985
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.916	-2.567
7.06.02	Receitas Financeiras	103.458	90.426
7.06.03	Outros	30.511	26.126
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	30.511	26.126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.476.853	1.142.096
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.476.853	1.142.096
7.08.01	Pessoal	380.921	345.737
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	390.356	314.314
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	318.964	232.770
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	386.612	249.275
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	386.612	249.275



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS Primeiro Trimestre de 2015

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	1T15	1T14	4T14	Variação 1T15 X 1T14	Variação 1T15 X 4T14
Receita líquida de vendas e serviços	17.403,6	15.946,9	17.822,3	9%	-2%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(15.821,5)	(14.674,9)	(16.332,5)	8%	-3%
Lucro bruto	1.582,1	1.272,0	1.489,8	24%	6%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(872,2)	(808,7)	(871,1)	8%	0%
Outros resultados operacionais, líquidos	21,5	20,0	44,5	7%	-52%
Resultado na venda de bens	22,3	7,0	21,8	217%	2%
Lucro operacional	753,6	490,3	684,9	54%	10%
Despesa financeira, líquida	(181,2)	(114,8)	(124,7)	58%	45%
Equivalência patrimonial	(2,9)	(2,6)	(5,7)	14%	-49%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	569,5	373,0	554,6	53%	3%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(198,5)	(137,1)	(198,8)	45%	0%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	15,7	13,4	16,0	17%	-2%
Lucro líquido	386,6	249,3	371,8	55%	4%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	384,9	246,9	369,4	56%	4%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	1,7	2,4	2,4	-26%	-26%
EBITDA (*)	986,6	702,0	915,6	41%	8%
Tons mil de GLP vendido	403,3	392,0	429,8	3%	-6%
M³ mil de combustíveis vendido	6.129,9	6.067,5	6.715,2	1%	-9%
Tons mil de químicos vendidos	175,1	190,9	193,9	-8%	-10%

(*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 24.

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas com base nas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2015, que foram elaboradas de acordo com o IAS 34 emitido pelo IASB, e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ipiranga, Oxiten, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de seu desempenho incluídos neste relatório referem-se, para o primeiro trimestre de 2014, somente aos meses de fevereiro e março de 2014. Como consequência do fechamento da operação, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar, sendo R\$ 141,9 milhões como aumento de capital social e R\$ 498,8 milhões como aumento de reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640,7 milhões. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição - indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação do ajuste de capital de giro e do endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data do fechamento totalizava R\$ 42,1 milhões. Adicionalmente, foi apurado que a Ultrapar tem R\$ 12,2 milhões a receber em função do ajuste de capital de giro, que foi registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. O valor da associação totalizou R\$ 719,9 milhões. Para maiores informações, ver nota 3.a e nota 22 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida consolidada da Ultrapar cresceu 9% no 1T15 em relação ao 1T14, atingindo R\$ 17.404 milhões, em função do crescimento de receita em todos os negócios. Em relação ao 4T14, a receita líquida da Ultrapar apresentou redução de 2%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados: No 1T15, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar registrou aumento de 8% em relação ao 1T14, totalizando R\$ 15.822 milhões, em função do maior custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados na Ipiranga, Ultragas e Extrafarma. Em relação ao 4T14, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar apresentou redução de 3%.

Lucro bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.582 milhões no 1T15, aumento de 24% em relação ao 1T14, em função do aumento do lucro bruto observado em todos os negócios. Em relação ao 4T14, o lucro bruto da Ultrapar apresentou aumento de 6%, principalmente em função de efeitos pontuais na Ipiranga.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar somaram R\$ 872 milhões no 1T15, aumento de 8% em relação ao 1T14, em função de efeitos da inflação, da expansão da rede de distribuição na Ipiranga, além da consolidação da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014 e da expansão acelerada da companhia. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar ficaram estáveis.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 1T15 foi de R\$ 236 milhões, 10% acima do 1T14, em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a expansão da rede de postos e infraestrutura logística da Ipiranga. Em relação ao 4T14, o total de custos e despesas com depreciação e amortização ficou estável.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 754 milhões no 1T15, 54% acima do lucro operacional do 1T14, em função do aumento do lucro operacional observado na Ipiranga, Oxitenio, Ultragas e Ultracargo. Em relação ao 4T14, o lucro operacional da Ultrapar apresentou aumento de 10%, principalmente em função de efeitos pontuais na Ipiranga.

Resultado financeiro: O endividamento líquido da Ultrapar ao final de março de 2015 era de R\$ 5,0 bilhões (1,4x LTM EBITDA), em comparação a R\$ 4,3 bilhões em março de 2014 (1,4x LTM EBITDA). A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 181 milhões no 1T15, R\$ 66 milhões acima do 1T14, principalmente em função do (i) CDI anual 1,8 p.p. maior, (ii) do aumento no endividamento líquido, em linha com o crescimento da companhia, (iii) da desvalorização do Real e (iv) do efeito da valorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição emitidos na transação da Extrafarma. Em relação ao 4T14, a despesa financeira líquida foi R\$ 57 milhões maior, em função dos mesmos fatores.

Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais: A Ultrapar apresentou no 1T15 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 183 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 124 milhões no 1T14, uma aumento de 48%, principalmente em função do aumento do lucro antes dos impostos. Em relação ao 4T14, a despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais da Ultrapar ficou estável.

Lucro líquido: O lucro líquido do 1T15 foi de R\$ 387 milhões, 55% maior que o 1T14, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos, parcialmente compensado pelas maiores despesas financeiras líquidas e maior depreciação e amortização, decorrentes de investimentos em expansão e em processo de maturação. Em relação ao 4T14, o lucro líquido foi 4% maior em função do crescimento do EBITDA.

EBITDA: O EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 987 milhões no 1T15, 41% acima do 1T14, apesar da desaceleração da economia brasileira, em função do crescimento de EBITDA na Ipiranga, Ultragas, Oxitenio e Ultracargo. Em relação ao 4T14, o EBITDA da Ultrapar aumentou 8%, principalmente em função de efeitos pontuais na Ipiranga.

Comentário do Desempenho

R\$ milhões	1T15	1T14	4T14	Variação 1T15 X 1T14	Variação 1T15 X 4T14
Ultrapar	986,6	702,0	915,6	41%	8%
Ipiranga	714,5	498,7	711,5	43%	0%
Oxiteno	144,6	108,7	97,8	33%	48%
Ultragaz	72,3	61,0	81,8	19%	-12%
Ultracargo	47,7	41,3	37,8	15%	26%
Extrafarma	5,1	10,5	3,3	-51%	54%

- (1) O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das informações trimestrais. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do período:

R\$ milhões	1T15	1T14	4T14
Lucro líquido	386,6	249,3	371,8
(+) Imposto de renda e contribuição social	182,8	123,7	182,8
(+) Despesa financeira, líquida	181,2	114,8	124,7
(+) Depreciação e amortização	235,9	214,3	236,4
EBITDA	986,6	702,0	915,6

Segue abaixo a análise do desempenho por segmento:

Comentário do Desempenho

Ipiranga

Desempenho operacional: No 1T15, o volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) cresceu 5%, impulsionado principalmente pelo crescimento da frota de veículos e pelos investimentos realizados para expansão da rede. No volume de diesel, houve uma retração de 3% no 1T15, em função do desempenho mais fraco da economia. Com isso, o volume de vendas da Ipiranga totalizou 6.130 mil metros cúbicos no 1T15, 1% acima do volume vendido no 1T14. Em relação ao 4T14, houve retração de 9% no volume vendido, principalmente em função da sazonalidade entre períodos.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 15.118 milhões no 1T15, 9% acima da receita líquida do 1T14, principalmente em função (i) dos aumentos dos custos de gasolina e diesel na refinaria em novembro/14 e fevereiro/15 e, consequentemente, dos maiores custos de etanol, (ii) do maior volume vendido, (iii) da melhor composição de vendas, decorrente dos investimentos em expansão de postos, permitindo maior participação do segmento revenda e (iv) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 4T14, a receita líquida apresentou redução de 2%, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos, parcialmente compensada pelo aumento dos custos de gasolina e diesel em fevereiro/15.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 14.097 milhões no 1T15, aumento de 8% em relação ao 1T14, principalmente em função (i) dos aumentos dos custos de gasolina e diesel na refinaria em novembro/14 e fevereiro/15 e, consequentemente, dos maiores custos de etanol e (ii) do maior volume vendido, parcialmente compensados pelo benefício temporário dos estoques e de importação de combustíveis. Em relação ao 4T14, o custo dos produtos vendidos apresentou queda de 3%, em função do volume sazonalmente menor e pelo benefício temporário dos estoques e de importação de combustíveis, parcialmente compensados pelo aumento dos custos de gasolina e diesel em fevereiro/15.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 496 milhões no 1T15, 3% acima do 1T14, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) da expansão da rede de distribuição e (iii) dos efeitos da inflação sobre as despesas, parcialmente compensados por maiores despesas no 1T14 com propaganda e marketing relacionadas à Copa do Mundo 2014 e com indenizações. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 7% em função, sobretudo, da extinção de contingências advindas da aquisição da Texaco em 2009, que reduziram as despesas da Ipiranga em R\$ 19 milhões no 4T14.

EBITDA: O EBITDA da Ipiranga, excluindo efeitos pontuais, atingiu R\$ 583 milhões no 1T15, um crescimento de 17% em relação ao 1T14, principalmente em função do maior volume vendido no segmento revenda, com melhor composição de vendas, e da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade dos clientes. Em adição, os movimentos no mercado interno e externo de combustíveis geraram oportunidade de importação de produtos e benefícios temporários de ganho de estoque, com efeito combinado de R\$ 108 milhões no 1T15, além de uma concentração no resultado na venda de ativos, contribuindo em R\$ 24 milhões no resultado. Incluindo esses efeitos pontuais, o EBITDA da Ipiranga foi de R\$ 715 milhões, com crescimento de 43% em relação ao 1T14. Em relação ao 4T14, o EBITDA da Ipiranga ficou praticamente em linha, com os efeitos pontuais de importação de produtos e maior ganho de estoque compensados pelo volume sazonalmente menor.

Oxiten

Desempenho operacional: O volume vendido no mercado interno apresentou queda de 7% (10 mil tons) em relação ao 1T14, devido a vendas de glicóis 26% menores, em função da parada programada na planta de Camaçari em março de 2015, e da redução de 3% nas vendas de especialidades no mercado interno, efeito do arrefecimento da economia. No mercado externo, o volume apresentou queda de 11%, decorrente das menores vendas para o mercado argentino e da decisão de descontinuar uma linha de produtos voltada para o mercado de couros. Com isso, o volume de vendas no 1T15 totalizou 175 mil toneladas, redução de 8% (16 mil tons) em relação ao 1T14. Em relação ao 4T14, o volume de vendas foi 10% (19 mil tons) menor, principalmente em decorrência de menores vendas de glicóis e da sazonalidade típica entre trimestres, com reflexo em menores vendas de especialidades (6% ou 11 mil tons).

Comentário do Desempenho

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Oxiteno totalizou R\$ 853 milhões no 1T15, 1% acima do 1T14, em função do Real 21% mais desvalorizado frente ao dólar, compensado pelo menor volume de vendas e pela redução dos preços médios em dólar, influenciada pela redução nos preços internacionais do petróleo e, consequentemente, dos petroquímicos em geral. Em relação ao 4T14, a receita líquida foi 4% menor, em função da redução do volume e dos preços médios em dólar, parcialmente compensados pelo Real 12% mais desvalorizado.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Oxiteno no 1T15 totalizou R\$ 602 milhões, 5% abaixo do 1T14, em função do menor volume vendido e redução no custo das matérias-primas, influenciada pela redução nos preços internacionais do petróleo, parcialmente compensados pelo Real 21% mais desvalorizado. Em relação ao 4T14, o custo dos produtos vendidos caiu 11% em função do menor volume de vendas e da redução no custo das matérias-primas.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiteno totalizaram R\$ 140 milhões no 1T15, 9% acima do 1T14, devido a (i) maiores despesas com logística, em função do aumento do diesel e da desvalorização do Real, (ii) do efeito da inflação sobre as despesas e (iii) perda com cliente internacional em recuperação judicial. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 6%, devido principalmente a maiores despesas com estudos e projetos no 4T14.

EBITDA: O EBITDA totalizou R\$ 145 milhões no 1T15, 33% acima do EBITDA do 1T14, principalmente em função (i) do Real mais desvalorizado frente ao dólar e (ii) da redução no custo das matérias-primas, parcialmente compensados pelo menor volume de vendas. Em relação ao 4T14, o EBITDA apresentou um aumento de 48%, substancialmente em função dos mesmos fatores mencionados na comparação com 1T14, em adição a maiores despesas com estudos e projetos no 4T14.

Ultragaz

Desempenho operacional: No 1T15, a Ultragaz atingiu volume de vendas de 403 mil toneladas, 3% acima do 1T14, impulsionado principalmente por iniciativas comerciais de novas revendas e crescimento do mercado nas regiões Norte e Nordeste no segmento envasado e captura de novos clientes no segmento de pequenas e médias empresas no segmento granel, parcialmente compensadas pelo efeito do arrefecimento da economia. Em relação ao 4T14, o volume vendido apresentou redução de 6%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 1.038 milhões no 1T15, aumento de 12% em relação ao 1T14, em função do aumento no volume vendido e do aumento do custo do GLP para uso no segmento granel pela Petrobras em dezembro de 2014. Em relação ao 4T14, a receita líquida apresentou redução de 2%, principalmente em decorrência do volume sazonalmente menor, parcialmente compensado pelo aumento do custo do GLP em dezembro de 2014.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 883 milhões no 1T15, aumento de 11% em relação ao 1T14, em função do maior volume vendido, do aumento do custo do GLP para uso no segmento granel pela Petrobras em dezembro de 2014 e maiores custos com frete decorrentes do aumento do diesel. Em relação ao 4T14, o custo dos produtos vendidos apresentou queda de 1%, principalmente em função do volume sazonalmente menor, parcialmente compensado pelo aumento do custo do GLP em dezembro de 2014.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz totalizaram R\$ 115 milhões no 1T15, 7% acima do 1T14, principalmente decorrente dos efeitos da inflação sobre as despesas e de maiores despesas com remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 2%, principalmente em decorrência do volume sazonalmente menor.

EBITDA: No 1T15, o EBITDA da Ultragaz atingiu R\$ 72 milhões, 19% acima do 1T14, principalmente em função do maior volume e das iniciativas comerciais. Em relação ao 4T14, o EBITDA reduziu-se 12%, principalmente devido à sazonalidade entre os períodos.

Comentário do Desempenho

Ultracargo

Desempenho operacional: No 1T15, a armazenagem média da Ultracargo apresentou aumento de 5% em relação ao 1T14, principalmente decorrente da importação de combustíveis pelas distribuidoras e maior movimentação de óleo combustível para termoeletricas, parcialmente compensados pelo efeito do arrefecimento da economia na movimentação de químicos. Em relação ao 4T14, a armazenagem média ficou 12% maior, principalmente em função da maior movimentação em virtude do início da safra de cana-de-açúcar, com impacto na produção e exportação de etanol, e das importações de combustíveis.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 92 milhões no 1T15, 8% acima do 1T14, principalmente em função da maior armazenagem média dos terminais e do reajuste anual de tarifas. Em relação ao 4T14, a receita líquida ficou 11% acima, principalmente em função do crescimento da armazenagem média dos terminais.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 1T15 foi de R\$ 35 milhões, em linha com os custos no 1T14. Em relação ao 4T14, o custo dos serviços prestados apresentou redução de 2%, em função de concentração de custos com manutenção no 4T14.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 22 milhões no 1T15, redução de 4% em relação ao 1T14, principalmente em função do fim da amortização de intangível constituído na aquisição do terminal de Itaqui, no Maranhão, em 2012. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas e de vendas tiveram um decréscimo de 9%, principalmente em função da redução da despesa de amortização e depreciação já citada acima.

EBITDA: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 48 milhões no 1T15, 15% acima do 1T14 e 26% maior que o 4T14, principalmente em função da maior armazenagem média dos terminais.

Extrafarma

Conforme destacado em “Considerações sobre as informações financeiras e operacionais”, exceto quando indicado, as informações da Extrafarma para 1T14 referem-se aos meses de fevereiro e março de 2014.

Desempenho operacional: A Extrafarma encerrou o 1T15 com 226 lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste, um aumento de 26 lojas (13%) em relação ao final do 1T14. Ao final do 1T15, 13% das lojas possuíam até um ano de operação, em comparação a 15% no 1T14. Em relação ao 4T14 houve aumento de 3 lojas (1%).

Receita bruta: A receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 338 milhões no 1T15, aumento de 78% em relação ao 1T14, tanto no segmento atacado como no varejo. O aumento de receita bruta de varejo decorre, principalmente, da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14, do número de lojas 13% maior e do crescimento no faturamento das lojas existentes há mais de um ano (same store sales) de 12% (comparado com os 3 meses do 1T14). Em relação ao 4T14, a receita bruta da Extrafarma reduziu 2% principalmente em função da sazonalidade entre períodos.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto: O custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 221 milhões no 1T15, um aumento de 79% em relação ao 1T14, principalmente em decorrência da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14, do maior volume de vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O lucro bruto atingiu R\$ 97 milhões, aumento de 69% em relação ao 1T14. Em relação ao 4T14, o custo dos produtos vendidos foi 4% maior no 1T15 e o lucro bruto reduziu-se 9%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos, com concentração de verbas da indústria no quarto trimestre.

Comentário do Desempenho

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Extrafarma totalizaram R\$ 97 milhões no 1T15, o dobro do 1T14, principalmente em função (i) da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14, (ii) do crescimento de 13% no número de lojas, (iii) do início da operação do novo centro de distribuição do Ceará, (iv) de aumentos acima da inflação nas despesas unitárias com pessoal e (v) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado. Em relação ao 4T14, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram-se 9%, principalmente em função de despesas não recorrentes com integração no 4T14.

EBITDA: O EBITDA do 1T15 da Extrafarma totalizou R\$ 5 milhões, metade do EBITDA do 1T14, principalmente em função (i) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado, incluindo o início da operação do novo centro de distribuição do Ceará, cujos benefícios se produzirão nos próximos anos, e (ii) de aumentos acima da inflação nas despesas unitárias com pessoal. Em relação ao 4T14, o EBITDA da Extrafarma foi R\$ 2 milhões maior.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros três meses de 2015, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e revisão das informações trimestrais da Ultrapar e controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxitenó”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) - vide nota explicativa nº 3.a).

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o IAS 32, IAS 39 e *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura, da marca “*am/pm*” e da marca “Extrafarma”, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados outros ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão, líquido dos efeitos de *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, em 31 de março de 2015 totalizou R\$ 94.848 de ganho cambial (R\$ 43.192 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2014).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiten Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiten Uruguay S.A. ("Oxiten Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US\$"), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxitenio Andina, C.A. (“Oxitenio Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) Oficial: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 6,30 VEF/US\$ e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicinas e alimentos) canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*;

b) SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa de 12,00 VEF/US\$, última cotação de 25 de setembro de 2014. Conforme o Convênio Cambial nº 25, somente algumas transações são permitidas, como por exemplo, importação de bens, pagamento de dividendos, dentre outras operações.

c) SICAD-II: esse mercado cambial foi eliminado com o Convênio Cambial 33, tendo como última cotação 52,1013 VEF/US\$; e

d) SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 193,00 VEF/US\$ em 31 de março de 2015 e é aplicada através do mercado bancário, mercado de varejo e mercado de títulos.

Para a consolidação da Oxitenio Andina na Sociedade, os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SICAD e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. No julgamento da administração, a utilização do SICAD é a mais adequada para a conversão, visto que é a taxa de câmbio mais provável para o pagamento de dividendos.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2015 totalizou R\$ 2.627 (perda de R\$ 1.872 no período de três meses findo em 31 de março de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 23 itens a, b, c, d), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 24.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 3.a e 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 203 em 31 de março de 2015 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2014).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2015:

	<u>Vigente em</u>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	2017

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS 9 e IFRS 15, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

x. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 6 de maio de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			31/03/2015		31/12/2014	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	Ipiranga	99	1	99	1
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai Trading LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Ultrapar e os acionistas da empresa tornaram-se acionistas de longo prazo da Ultrapar (vide nota explicativa 8.b). Como consequência, foram emitidos 3.205.622 bônus de subscrição – indenização que, se exercidos, poderão acarretar no futuro a emissão de até 3.205.622 ações a partir de 2020. Os bônus de subscrição – indenização são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Na data-base das informações trimestrais os bônus de subscrição – indenização eram representados por 2.189.754 ações e totalizavam R\$ 128.185 (totalizavam 2.002.773 ações e R\$ 92.072 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente a Sociedade tem um contas a receber junto a esses acionistas em função do ajuste de capital de giro no montante de R\$ 12.222, registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 4.019.385 em 31 de março de 2015 (R\$ 4.400.122 em 31 de dezembro de 2014) e estão distribuídos conforme abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	125	96	30.452	47.426
Em moeda estrangeira	-	-	108.727	85.870
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	207.615	119.131	2.333.198	2.690.638
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	21.618	3.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>207.740</u>	<u>119.227</u>	<u>2.493.995</u>	<u>2.827.369</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	19.915	67.864	593.862	902.683
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	628.724	505.574
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	302.804	164.496
Total de aplicações financeiras	<u>19.915</u>	<u>67.864</u>	<u>1.525.390</u>	<u>1.572.753</u>
Circulante	<u>19.915</u>	<u>67.864</u>	<u>1.304.590</u>	<u>1.441.813</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>220.800</u>	<u>130.940</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Clientes nacionais	2.622.304	2.424.756
Financiamentos a clientes – Ipiranga	317.933	310.062
Clientes estrangeiros	211.508	191.533
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(186.320)</u>	<u>(178.444)</u>
	<u>2.965.425</u>	<u>2.747.907</u>
Circulante	<u>2.819.205</u>	<u>2.604.101</u>
Não circulante	<u>146.220</u>	<u>143.806</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	<u>Vencidos</u>						
	<u>Total</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>
31/03/2015	3.151.745	2.734.976	103.851	28.204	18.503	37.757	228.454
31/12/2014	2.926.351	2.515.782	128.778	25.479	12.457	23.542	220.313

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.444
Adições	12.164
Baixas por utilização	<u>(4.288)</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>186.320</u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	341.565	(5.851)	335.714	345.255	(7.849)	337.406
Produtos em elaboração	1.638	-	1.638	986	-	986
Matérias-primas	211.553	(2.894)	208.659	193.726	(2.661)	191.065
Gás liquefeito de petróleo - GLP	38.633	(5.761)	32.872	41.616	(5.761)	35.855
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.256.754	(706)	1.256.048	907.466	(619)	906.847
Materiais de consumo e outros itens para revenda	84.598	(2.353)	82.245	81.662	(3.594)	78.068
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	263.471	(26.335)	237.136	272.864	(25.841)	247.023
Adiantamentos a fornecedores	168.295	-	168.295	103.124	-	103.124
Imóveis para revenda	<u>24.710</u>	<u>-</u>	<u>24.710</u>	<u>24.628</u>	<u>-</u>	<u>24.628</u>
	<u>2.391.217</u>	<u>(43.900)</u>	<u>2.347.317</u>	<u>1.971.327</u>	<u>(46.325)</u>	<u>1.925.002</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.325
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(2.042)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>(383)</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u><u>43.900</u></u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Ajuste ao valor de realização	10.092	12.134
Obsolescência e outras perdas	<u>33.808</u>	<u>34.191</u>
Total	<u><u>43.900</u></u>	<u><u>46.325</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	56.631	53.835	218.801	182.602
ICMS	-	-	306.020	296.747
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(70.753)	(67.657)
PIS e COFINS	-	-	215.476	207.694
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	42.289	40.035
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	3.725	4.157
Outros	-	-	3.915	5.288
Total	56.631	53.835	719.473	668.866
Circulante	17.627	30.713	641.965	593.462
Não circulante	39.004	23.122	77.508	75.404

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	67.657
Adições, líquidas	4.862
Baixas por recebimento	(1.766)
Saldo em 31 de março de 2015	<u>70.753</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas**

- **Controladora**

	<u>Ativo</u> <u>Debêntures ⁽²⁾</u>	<u>Resultado</u> <u>financeiro</u>
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	750.000	33.110
Total em 31 de março de 2015	<u>750.000</u>	<u>33.110</u>

	Ativo			Resultado financeiro
	Contas a receber ⁽¹⁾	Debêntures ⁽²⁾	Total	
Companhia Ultragaz S.A.	14.685	-	14.685	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	2.026	-	2.026	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	2.532	-	2.532	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	3.545	-	3.545	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	7.090	776.578	783.668	28.086
Total em 31 de dezembro de 2014	29.878	776.578	806.456	
Total em 31 de março de 2014				28.086

⁽¹⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c)

⁽²⁾ Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber⁽¹⁾</u>	<u>A pagar⁽¹⁾</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.227
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	15.000	-	3.929	4.048
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	5.423
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de março de 2015	<u>15.490</u>	<u>4.372</u>	<u>3.929</u>	<u>10.698</u>

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber⁽¹⁾</u>	<u>A pagar⁽¹⁾</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368 ⁽²⁾	-	-	1.061
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	10.499	1.494
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de dezembro de 2014	<u>10.858</u>	<u>4.372</u>	<u>10.499</u>	<u>2.555</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

⁽²⁾ Em 28 de janeiro de 2015, a controlada Oxiten S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”) capitalizou este Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – “AFAC” (vide nota explicativa nº 11.c).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	3.213
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	143.670
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.507	-
Total em 31 de março de 2015	<u>4.509</u>	<u>146.883</u>

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	3.154
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	7.500
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	2.359	-
Total em 31 de março de 2014	<u>2.361</u>	<u>10.654</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 10.297 (R\$ 9.820 no período de três meses findo em 31 de março de 2014). Deste total, R\$ 7.575 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 7.490 no período de três meses findo em 31 de março de 2014), R\$ 1.568 a remuneração em ações (R\$ 1.631 no período de três meses findo em 31 de março de 2014), R\$ 656 a benefício pós-emprego (R\$ 416 no período de três meses findo em 31 de março de 2014) e R\$ 498 a remuneração de longo prazo (R\$ 283 no período de três meses findo em 31 de março de 2014).

Devido à aquisição da Extrafarma, o sr. Paulo Correa Lazera, acionista e principal executivo da Extrafarma, assumiu o comando do negócio de varejo farmacêutico como Diretor Superintendente e passou a integrar a diretoria da Ultrapar, além de se tornar acionista de longo prazo da Ultrapar. Dessa forma, tanto o bônus de subscrição – indenização no montante de R\$ 18.312 e o ajuste de capital de giro a receber no montante de R\$ 1.746 referentes ao sr. Paulo Correa Lazera, estão sendo divulgados como partes relacionadas, conforme definido pelo IAS 24 (CPC 05 (R1)). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma, vide nota explicativa nº 3.a) das demonstrações financeiras da Sociedade arquivadas na CVM em 25 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 ("Plano de Ações"). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos das outorgas reconhecidas acumuladas	Custos de outorgas não reconhecidas
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(2.333)	38.877
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(1.104)	4.895
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(2.747)	8.707
7 de novembro de 2012	350.000	2017 a 2019	42,90	20.710	(8.501)	12.209
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(2.985)	2.287
10 de novembro de 2010	260.000	2015 a 2017	26,78	9.602	(7.203)	2.399
16 de dezembro de 2009	166.656	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.322)	833
8 de outubro de 2008	192.008	2013 a 2015	9,99	8.090	(7.901)	189
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(2.796)	526
14 de dezembro de 2005	93.600	2015	8,21	1.060	(989)	71
	<u>2.212.864</u>			<u>113.874</u>	<u>(42.881)</u>	<u>70.993</u>

No período de três meses findo em 31 de março de 2015, a amortização de R\$ 4.494 (R\$ 2.707 no período de três meses findo em 31 de março de 2014) foi registrada como despesa geral e administrativa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	55.628	55.527
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	15	131.703	128.365
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	42.186	40.729
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	1.054	457
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	44.669	48.162
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	69.578	68.458
Provisão para retirada de tanques	-	-	21.592	21.116
Demais provisões	13.741	1.464	83.272	59.802
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	44.998	39.957
Total	<u>13.758</u>	<u>1.479</u>	<u>494.680</u>	<u>462.573</u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.981	3.009
Arrendamento mercantil	-	-	4.861	4.948
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	142.585	77.266
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	13.637	11.183
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	47.846	49.181
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	5.933	5.097
Demais provisões	-	-	1.997	2.163
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>219.840</u>	<u>152.847</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/03/2015	31/03/2014
Saldo inicial	309.726	274.633
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(37.582)	15.815
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	-	40.516
Outros	<u>2.696</u>	<u>(574)</u>
Saldo final	<u><u>274.840</u></u>	<u><u>330.390</u></u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	144.672
De 1 a 2 anos	2.641	97.524
De 2 a 3 anos	2.624	42.847
De 3 a 5 anos	5.248	63.856
De 5 a 7 anos	2.872	96.364
De 7 a 10 anos	<u>373</u>	<u>49.417</u>
	<u><u>13.758</u></u>	<u><u>494.680</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(22.648)	(19.963)	572.372	375.530
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	7.700	6.788	(194.606)	(127.680)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(1)	(387)	(8.920)	(13.876)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	1.369	628
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	2.851	3.260
Demais ajustes	-	-	800	608
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	7.699	6.401	(198.506)	(137.060)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	15.662	13.372
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	7.699	6.401	(182.844)	(123.688)
Corrente	(4.581)	-	(160.924)	(152.875)
Diferido	12.280	6.401	(37.582)	15.815
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	15.662	13.372
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %			31,9	32,9

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽¹⁾	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar ("Tequimar") na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão.

⁽¹⁾ Serão ainda protocolados na SUDENE no 1º semestre de 2015 pleitos requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia e de modernização efetuada na base de Mataripe.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 31 de março de 2015, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 145.612 (R\$ 126.624 em 31 de dezembro de 2014) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 95.504 (R\$ 92.232 em 31 de dezembro de 2014), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 44.998 em 31 de março de 2015 (R\$ 39.957 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	31/03/2015	31/12/2014
Aluguéis	96.900	99.285
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	57.471	61.183
Propaganda e publicidade	47.051	6.103
Prêmios de seguros	16.055	20.295
Manutenção de <i>software</i>	7.089	6.790
Compras de vale alimentação e transporte	1.587	1.559
Tributos e demais despesas antecipadas	<u>9.076</u>	<u>3.281</u>
	<u>235.229</u>	<u>198.496</u>
Circulante	<u>109.044</u>	<u>67.268</u>
Não circulante	<u>126.185</u>	<u>131.228</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

31/03/2015					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.000	5.078.888
Ativo	1.119.593	3.684.485	10.891.524	1.032.294	305.386
Passivo	4.034	523.317	8.731.782	48.881	216.503
Patrimônio líquido	1.115.559	3.161.227(*)	2.159.742	983.413	88.883
Receita líquida de vendas e serviços	-	263.289	15.097.169	3.566	227.901
Lucro (prejuízo) líquido do período	30.666	88.978(*)	277.327	(91)	8.855
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33
31/12/2014					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.000	5.078.888
Ativo	1.168.896	3.546.989	10.668.027	995.028	263.527
Passivo	84.003	526.423	8.654.065	11.524	191.018
Patrimônio líquido	1.084.893	3.020.625(*)	2.013.962	983.504	72.509
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/03/2014					Empreendimento controlado em conjunto
Controladas					
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	152.240.000	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	247.508	13.907.700	180.907(**)	52.778
Lucro líquido do período	20.987	54.482(*)	181.599	3.068(**)	1.052
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(**) informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2014.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	-	6.112.193	22.751	6.134.944
Equivalência patrimonial	20.987	54.482	181.599	3.068	260.136	349	260.485
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(271.404)	-	(271.404)	-	(271.404)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	123.600	123.600	-	123.600
Aquisição de ações ou quotas	-	-	-	(44.755)	(44.755)	-	(44.755)
Ágio provisório da aquisição	-	-	-	836.182	836.182	-	836.182
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	19	29	-	48	-	48
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	6.220	-	-	6.220	-	6.220
Saldo em 31 de março de 2014	1.085.946	2.953.051	2.065.118	918.095	7.022.210	23.100	7.045.310

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-sul Administração e Participações Ltda.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.084.893	3.020.625	2.013.962	980.044	7.099.524	24.076	7.123.600
Equivalência patrimonial	30.666	88.978	277.327	(91)	396.880	2.940	399.820
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(142.303)	-	(142.303)	-	(142.303)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(32)	10.757	-	10.725	2.497	13.222
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	51.656	-	-	51.656	-	51.656
Saldo em 31 de março de 2015	1.115.559	3.161.227	2.159.742	979.953	7.416.481	29.513	7.445.994

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A (“IPP”) participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamento e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, atualmente opera nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Mato Grosso e Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 31 de março de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.497	-	2.497
Equivalência patrimonial	<u>125</u>	<u>2.940</u>	<u>(5.233)</u>	<u>(2.168)</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>5.085</u>	<u>29.513</u>	<u>20.239</u>	<u>54.837</u>

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	9.000	9.000
Equivalência patrimonial	<u>268</u>	<u>349</u>	<u>(3.373)</u>	<u>(2.756)</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>6.184</u>	<u>23.100</u>	<u>21.346</u>	<u>50.630</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/03/2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.630	202.833	41.272
Ativo não circulante	7.780	102.553	61.158
Passivo circulante	1.240	135.005	31.952
Passivo não circulante	-	81.498	30.000
Patrimônio líquido	10.170	88.883	40.478
Receita líquida	2.751	227.901	3.803
Custos e despesas operacionais	(2.439)	(210.650)	(19.832)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(62)	(8.396)	5.562
Lucro (prejuízo) líquido	250	8.855	(10.467)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	2.762	160.789	38.852
Ativo não circulante	8.066	102.738	53.236
Passivo circulante	908	101.083	41.143
Passivo não circulante	-	89.935	-
Patrimônio líquido	9.920	72.509	50.945
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/03/2014		
Receita líquida	3.058	52.778	1.452
Custos e despesas operacionais	(2.326)	(50.834)	(11.688)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(196)	(892)	3.490
Lucro (prejuízo) líquido	536	1.052	(6.746)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 28 de fevereiro de 2015, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 ⁽¹⁾	-	-	10.368
Equivalência patrimonial	<u>234</u>	<u>(966)</u>	<u>(2)</u>	<u>(14)</u>	<u>(748)</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>6.446</u>	<u>12.492</u>	<u>3.674</u>	<u>151</u>	<u>22.763</u>

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa nº 8.a) – Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.962	2.144	3.635	11.741
Equivalência patrimonial	<u>121</u>	<u>64</u>	<u>4</u>	<u>189</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>6.083</u>	<u>2.208</u>	<u>3.639</u>	<u>11.930</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/03/2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.166	13.547	87	887	240
Ativo não circulante	19.680	77.718	10.371	1.682	2.830
Passivo circulante	732	4.623	-	409	131
Passivo não circulante	332	3.836	3.110	1.708	3.059
Patrimônio líquido	25.783	82.806	7.348	452	(120)
Receita líquida	2.355	7.950	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(1.313)	(9.376)	(18)	(45)	47
Resultado financeiro e imposto de renda	(6)	448	15	3	(4)
Lucro líquido	1.036	(978)	(3)	(42)	43
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.832	12.434	103	923	231
Ativo não circulante	19.978	77.199	10.358	1.682	2.830
Passivo circulante	632	2.771	-	403	80
Passivo não circulante	332	74.502	3.109	1.708	3.144
Patrimônio líquido	24.846	12.360	7.352	494	(163)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
	31/03/2014				
Receita líquida	1.739	7.786	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(1.241)	(7.368)	(2)	455	(48)
Resultado financeiro e imposto de renda	(13)	(163)	9	888	(1)
Lucro (prejuízo) líquido	485	255	7	1.343	(49)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2015
Custo:								
Terrenos	-	476.107	-	-	-	(1.548)	4.489	479.048
Edificações	30	1.275.728	805	-	11.010	(1.205)	23.432	1.309.770
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	631.342	2.662	-	11.331	(930)	3	644.408
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	23.646	-	16.934	(277)	107.808	4.057.586
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	2.096.563	19.616	-	5.262	(7.977)	-	2.113.464
claros/lubrificantes	12	494.691	35.630	-	-	(9.130)	-	521.191
Tanques e vasilhames para GLP	8	244.467	5.229	-	4.828	(4.103)	964	251.385
Veículos	9	156.115	1.702	-	1.625	(41)	3.779	163.180
Móveis e utensílios	-	372.974	41.624	-	(49.960)	(2.042)	20.933	383.529
Obras em andamento	-	19.527	1.461	-	(1.770)	-	-	19.218
Adiantamentos a fornecedores	-	59	523	-	(83)	-	4	503
Importações em andamento	-	239.930	2.850	-	620	(2.493)	812	241.719
Equipamentos de informática	5	9.916.978	135.748	-	(203)	(29.746)	162.224	10.185.001
Depreciação acumulada:								
Edificações		(565.308)	-	(9.716)	-	868	(11.350)	(585.506)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(11.864)	-	497	(3)	(325.017)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(57.656)	-	185	(87.827)	(2.303.688)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(1.164.074)	-	(28.200)	-	2.273	-	(1.190.001)
claros/lubrificantes		(231.001)	-	(8.058)	-	3.482	-	(235.577)
Tanques e vasilhames para GLP		(90.004)	-	(3.307)	-	3.137	(687)	(90.861)
Veículos		(105.483)	-	(2.465)	-	41	(2.994)	(110.901)
Móveis e utensílios		(189.859)	-	(4.036)	-	1.600	(564)	(192.859)
Equipamentos de informática		(4.817.766)	-	(125.302)	-	12.083	(103.425)	(5.034.410)
Provisão para perdas:								
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	1	(88)	(549)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	-	-	-	132	(296)	(6.059)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	565	-	(118)
Móveis e utensílios		(4)	-	-	-	-	-	(4)
		(7.241)	-	-	-	698	(384)	(6.927)
Custo líquido		5.091.971	135.748	(125.302)	(203)	(16.965)	58.415	5.143.664

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2015
Custo:								
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	21.678	-	121	(3)	2.722	476.454
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	582	-	-	-	-	32.463
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	57.080	-	-	-	-	2.820.065
Marcas (vi)	-	105.458	-	-	-	-	6.845	112.303
Outros (vii)	4	38.606	69	-	(65)	-	470	39.080
		<u>4.879.662</u>	<u>79.409</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>(3)</u>	<u>10.037</u>	<u>4.969.161</u>
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(10.831)	-	3	(1.305)	(315.913)
Tecnologia		(29.471)	-	(446)	-	-	-	(29.917)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(640)	-	-	-	(15.185)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(101.328)	(218)	-	-	(1.467.674)
Outros		(7.625)	-	(1.955)	85	-	(13)	(9.508)
		<u>(1.721.549)</u>	<u>-</u>	<u>(115.200)</u>	<u>(133)</u>	<u>3</u>	<u>(1.318)</u>	<u>(1.838.197)</u>
Custo líquido		<u>3.158.113</u>	<u>79.409</u>	<u>(115.200)</u>	<u>(77)</u>	<u>-</u>	<u>8.719</u>	<u>3.130.964</u>

i) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	Segmento	31/03/2015	31/12/2014
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		<u>1.456.179</u>	<u>1.456.179</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014 variaram de 9,3% a 26,4% e 0% a 3,8% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Club Extra.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015	31/03/2014
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	2.571	1.955
Despesas com vendas e comerciais	102.183	89.975
Despesas gerais e administrativas	10.446	8.673
	<u>115.200</u>	<u>100.603</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/03/2015 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	816.966	664.078	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	715.645	603.002	US\$ + LIBOR (i)	+0,6	2015 a 2017
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	232.104	184.057	US\$	+1,2	< 356 dias
Financiamento externo (c.1) (*)	217.124	-	US\$	+2,0	2017
Financiamento externo (c.2)	191.728	158.039	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2017
Instituições financeiras (e)	141.435	113.873	US\$	+2,9	2015 a 2017
Instituições financeiras (e)	64.256	53.254	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2016 a 2017
Instituições financeiras (e)	60.877	32.343	MX\$ + THE (ii)	+1,0	2015 a 2016
BNDES (d)	36.409	33.160	US\$	+6,0	2015 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	11.414	25.409	US\$	+1,1	< 56 dias
Subtotal	2.487.958	1.867.215			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.887.853	2.873.622	CDI	104,8	2015 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.452.378	1.409.540	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (g.4)	803.542	-	CDI	108,3	2018
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	518.845	503.898	R\$	+12,1	2015
BNDES (d)	500.705	530.983	TJLP (iii)	+2,1	2015 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	80.342	85.068	R\$	+8,5 (v)	2015 a 2021
FINEP	71.516	74.774	R\$	+4,0	2015 a 2021
BNDES (d)	64.642	62.581	R\$	+4,7	2015 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.445	45.883	IGP-M (iv)	+5,6	2015 a 2031
Nota de crédito à exportação (h) (*)	25.953	25.744	R\$	+8,0	2016
FINEP	8.864	9.078	TJLP (iii)	-1,3	2016 a 2023
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	2.895	3.445	R\$	+10,4	2015 a 2016
BNDES (d)	1.966	-	SELIC (vi)	+2,2	2015 a 2020
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	438	475	CDI	+2,8	2015 a 2017
FINAME	424	484	TJLP	+5,1	2015 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	413	686	R\$	+15,4	2015 a 2017
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	-	874.312			
Subtotal	6.466.221	6.500.573			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	23.872	7.424			
Total	8.978.051	8.375.212			
Circulante	2.746.301	3.442.364			
Não circulante	6.231.750	4.932.848			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de março de 2015, a TJLP estava fixada em 5,5% a.a.
- (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (v) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de março de 2015, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/03/2015	31/12/2014
De 1 a 2 anos	1.809.860	571.991
De 2 a 3 anos	2.442.495	2.390.747
De 3 a 4 anos	890.755	894.301
De 4 a 5 anos	1.027.446	1.006.869
Mais de 5 anos	61.194	68.940
	<u>6.231.750</u>	<u>4.932.848</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. ("LPG") emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 300 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
nov/15	80,0	104,1
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
Total	<u>300,0</u>	<u>102,8</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) A controlada Oxiten Overseas Corp. (“Oxiten Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiten México S.A. de C.V, Oxiten USA LLC e Oxiten Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumento de proteção de taxa de juros, convertendo o encargo do empréstimo pré-fixado para 99,5% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o empréstimo quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Em fevereiro de 2015, a controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2015):

Vencimento	
mai/15	760.133
fev/16	204.361
mai/16	120.644
jan/17	1.035.641
jul/17	168.818
jan/18	168.818
mai/19	948.283
Total	<u>3.406.698</u>

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

h. Nota de crédito à exportação

Em março de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

Em agosto de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10 milhões, com vencimento em agosto de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

A controlada Oxitenor Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, veículos, móveis, máquinas e equipamentos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

31/03/2015					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	23.513	757	1.475	1.232	26.977
Financiamento (valor presente)	<u>45.445</u>	<u>709</u>	<u>100</u>	<u>42</u>	<u>46.296</u>
Circulante	1.973	401	95	42	2.511
Não circulante	43.472	308	5	-	43.785

31/12/2014					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	24.720	883	1.483	1.283	28.369
Financiamento (valor presente)	<u>45.883</u>	<u>874</u>	<u>163</u>	<u>124</u>	<u>47.044</u>
Circulante	1.950	515	145	124	2.734
Não circulante	43.933	359	18	-	44.310

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

31/03/2015					
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	442	101	39	4.820
De 1 a 2 anos	4.238	295	5	-	4.538
De 2 a 3 anos	4.238	78	-	-	4.316
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	<u>46.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.967</u>
Total	<u>68.157</u>	<u>815</u>	<u>106</u>	<u>39</u>	<u>69.117</u>

31/12/2014					
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	566	155	123	5.082
De 1 a 2 anos	4.238	288	18	-	4.544
De 2 a 3 anos	4.238	155	-	-	4.393
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	<u>48.024</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.024</u>
Total	<u>69.214</u>	<u>1.009</u>	<u>173</u>	<u>123</u>	<u>70.519</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarraffamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/03/2015
Banco do Brasil (f)	0,4	14.474	-	(1.050)	13.424
Financiamento externo (c)	0,4	3.016	-	(102)	2.914
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(876)	2.239
Notas no mercado externo (b)	0,2	1.309	-	(123)	1.186
Outros	0,7	318	165	-	483
Total		21.274	1.123	(2.151)	20.246

O montante a apropriar ao resultado nos próximos períodos tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	2.659	2.819	3.364	3.992	590	-	13.424
Financiamento externo (c)	1.435	1.195	284	-	-	-	2.914
Debêntures (g)	593	663	720	263	-	-	2.239
Notas no mercado externo (b)	1.186	-	-	-	-	-	1.186
Outros	150	171	112	29	17	4	483
Total	6.023	4.848	4.480	4.284	607	4	20.246

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 50.734 em 31 de março de 2015 (R\$ 50.570 em 31 de dezembro de 2014) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 4.350.302 em 31 de março de 2015 (R\$ 3.779.450 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 174.969 em 31 de março de 2015 (R\$ 173.644 em 31 de dezembro de 2014).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 21.267 em 31 de março de 2015 (R\$ 26.684 em 31 de dezembro de 2014), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de março de 2015, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 519 em 31 de março de 2015 (R\$ 646 em 31 de dezembro de 2014), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de março de 2015, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

15 Fornecedores (Consolidado)

	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	1.050.785	1.196.876
Fornecedores estrangeiros	<u>72.915</u>	<u>82.626</u>
	<u>1.123.700</u>	<u>1.279.502</u>

As controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	31/03/2015	31/12/2014
Provisões sobre folha de pagamento	132.811	128.181
Participação nos lucros, bônus e prêmios	50.385	108.632
Encargos sociais	42.315	44.747
Salários e honorários	12.074	10.904
Benefícios	1.514	1.617
Outros	2.000	498
	<u>241.099</u>	<u>294.579</u>

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/03/2015	31/12/2014
ICMS	117.073	93.761
IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e Oxitenó Uruguay	11.473	14.822
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	11.379	2.267
PIS e COFINS	10.718	11.922
ISS	5.522	6.304
IPI	2.631	3.858
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.151	2.991
Outros	3.541	2.910
	<u>164.488</u>	<u>138.835</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	31/03/2015	31/03/2014
Saldo inicial	70.802	69.661
Adições (novos tanques)	190	145
Gastos com tanques retirados	(1.020)	(998)
Despesa com atualização	2.300	639
Saldo final	72.272	69.447
Circulante	4.999	4.416
Não circulante	67.273	65.031

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/03/2015	31/12/2014
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	14.166	14.785
Programa de fidelidade Km de Vantagens	9.152	10.025
Programa de fidelidade Club Extra	6.756	6.349
	<u>30.074</u>	<u>31.159</u>
Circulante	21.215	23.450
Não circulante	8.859	7.709

Programa de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Club Extra (www.clubextra.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2015 eram representadas por 1.714 lojas (1.708 lojas em 31 de dezembro de 2014). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2015 eram representadas por 1.344 lojas (1.337 lojas em 31 de dezembro de 2014). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de março de 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015 era de R\$ 64,83.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2015 estavam em circulação no exterior 30.611.697 ações ordinárias na forma de ADRs (31.714.297 ações em 31 de dezembro de 2014).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão (“Programa de Recompra 2014/15”), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Até 31 de março de 2015 foram adquiridas pela Sociedade 1.854.200 ações ao custo médio de R\$ 55,12 por ação.

Em 31 de março de 2015, 9.002.356 ações ordinárias (7.148.156 ações em 31 de dezembro de 2014) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 22,80 (R\$ 14,42 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,12 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.772.527 em 31 de março de 2015 e 31 dezembro de 2014.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>			<u>Ajustes acumulados de conversão</u>
	<u>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</u>	<u>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Total</u>	
Em 31 de dezembro de 2014	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	51.656
Variação de valor justo	13.222	-	13.222	-
Em 31 de março de 2015	13.273	7.098	20.371	94.848

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2013	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	6.220
Variação de valor justo	48	-	48	-
Em 31 de março de 2014	53	5.423	5.476	44.296

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 389.164 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, pagos a partir de 13 de março de 2015, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	1.037.884	929.200
Ipiranga	15.118.296	13.921.416
Oxiten	852.774	840.259
Ultracargo	92.327	85.530
Extrafarma	318.513	180.907 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	10.267	9.670
Vendas entre segmentos	(26.421)	(20.118)
Total	<u>17.403.640</u>	<u>15.946.864</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	855	340
Ipiranga	-	-
Oxiten	684	475
Ultracargo	14.672	9.695
Extrafarma	-	-
Outros ⁽²⁾	10.210	9.608
Total	<u>26.421</u>	<u>20.118</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:

Ultragaz	1.037.029	928.860
Ipiranga	15.118.296	13.921.416
Oxitenó	852.090	839.784
Ultracargo	77.655	75.835
Extrafarma	318.513	180.907 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	57	62
Total	<u>17.403.640</u>	<u>15.946.864</u>

Lucro operacional:

Ultragaz	38.156	27.607
Ipiranga	569.123	368.016
Oxitenó	110.562	75.684
Ultracargo	37.206	28.755
Extrafarma	16	8.506 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	(1.448)	(18.269)
Total	<u>753.615</u>	<u>490.299</u>

Equivalência patrimonial:

Ultragaz	(14)	-
Ipiranga	(4.999)	(3.252)
Oxitenó	(968)	68
Ultracargo	125	268
Outros ⁽²⁾	2.940	349
Total	<u>(2.916)</u>	<u>(2.567)</u>

Receitas financeiras	103.458	90.426
Despesas financeiras	<u>(284.701)</u>	<u>(205.195)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>569.456</u>	<u>372.963</u>

	31/03/2015	31/03/2014
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	70.633	35.955
Ipiranga	103.461	82.636
Oxitenó	17.895	19.771
Ultracargo	3.345	4.316
Extrafarma	15.652	3.129 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	4.171	3.933
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	215.157	149.740
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(190)	(145)
Juros capitalizados	<u>(5.797)</u>	<u>(1.344)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>209.170</u>	<u>148.251</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/03/2015	31/03/2014
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	34.176	33.345
Ipiranga	145.162	130.529
Oxitenó	34.979	32.948
Ultracargo	10.369	12.316
Extrafarma	5.109	1.987 ⁽¹⁾
Outros ⁽²⁾	6.080	3.158
Total	<u>235.875</u>	<u>214.283</u>

	31/03/2015	31/12/2014
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.864.887	2.701.673
Ipiranga	9.293.329	9.138.758
Oxitenó	4.401.972	4.229.501
Ultracargo	1.323.748	1.382.969
Extrafarma	611.558	602.409
Outros ⁽²⁾	1.438.185	1.425.072
Total	<u>19.933.679</u>	<u>19.480.382</u>

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2014.

⁽²⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxitenno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015 ⁽¹⁾	31/12/2014
Estados Unidos	164.624	137.470
México	124.832	107.554
Uruguai	66.335	55.855
Venezuela	20.817	18.763

⁽¹⁾ O aumento do imobilizado e intangível em 31 de março de 2015 se deve substancialmente à desvalorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior utilizada na conversão das informações.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015	31/03/2014
Receita líquida das vendas:		
Brasil	17.152.702	15.726.692
México	42.049	34.350
Venezuela	28.914	17.976
Outros países da América Latina	88.254	84.539
Estados Unidos e Canadá	43.771	35.091
Extremo Oriente	17.533	12.224
Europa	19.032	23.209
Outros	11.385	12.783
Total	<u>17.403.640</u>	<u>15.946.864</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	31/03/2015	31/12/2014
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	759,1	594,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	202,7	190,3
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	575,8	507,3
	<u>1.537,6</u>	<u>1.292,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.488,0)	(1.867,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(43,4)	(70,6)
	<u>(2.531,4)</u>	<u>(1.937,8)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.320,3</u>	<u>783,3</u>
Posição líquida ativa – total	326,5	138,0

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 326,5 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(16,5)	(41,4)	(82,7)
(2) Efeito no patrimônio líquido		49,2	123,0	246,0
(1) + (2)	Efeito	32,7	81,6	163,3
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	16,5	41,4	82,7
(4) Efeito no patrimônio líquido		(49,2)	(123,0)	(246,0)
(3) + (4)	Efeito	(32,7)	(81,6)	(163,3)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 20.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de março de 2015 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/03/2015	31/12/2014
CDI			
Equivalentes de caixa	4	2.333,2	2.690,6
Aplicações financeiras	4	593,9	902,7
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	167,8	114,2
Financiamentos e debêntures	14	(5.144,2)	(5.157,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(1.186,1)	(749,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(498,9)	(486,1)
Posição líquida passiva em CDI		(3.734,3)	(2.686,1)
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(510,0)	(540,5)
Posição líquida passiva em TJLP		(510,0)	(540,5)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	904,0	761,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(971,6)	(814,3)
Posição líquida passiva em LIBOR		(67,6)	(52,5)
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(60,9)	(32,3)
Posição líquida passiva em TIIE		(60,9)	(32,3)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(2,0)	-
Posição líquida passiva em SELIC		(2,0)	-
Posição líquida passiva total exposta a juros pós- fixados		(4.374,8)	(3.311,4)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 31 de março de 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	9,9	23,0	44,7
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,3	0,7	1,3
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(17,0)	(40,2)	(79,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(4,0)	(10,0)	(19,9)
Despesa incremental		(10,8)	(26,5)	(52,9)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(0,7)	(1,7)	(3,5)
Despesa incremental		(0,7)	(1,7)	(3,5)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,1)	(0,3)
Despesa incremental		-	-	-
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	-	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		-	(0,1)	(0,2)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	-	-	-
Despesa incremental		-	-	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	31/03/2015	31/12/2014
Ipiranga	138.971	136.104
Ultragaz	24.731	24.140
Oxiten	12.075	4.522
Extrafarma	7.598	11.067
Ultracargo	2.945	2.611
Total	<u>186.320</u>	<u>178.444</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.162,2 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2015 totaliza R\$ 1.418 milhões, tendo sido realizados até o primeiro trimestre R\$ 158 milhões. Em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.798,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de março de 2015 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de março de 2015 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	11.462,3	3.162,2	5.159,1	3.058,4	82,6
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	161,0	91,8	69,2	-	-
Fornecedores	1.123,7	1.123,7	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 13,2%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,33 em 2015, R\$ 3,62 em 2016, R\$ 3,96 em 2017, R\$ 4,31 em 2018 e R\$ 4,71 em 2019, (iii) TJLP de 6,0% e (iv) IGP-M de 6,1% em 2015, 6,1% em 2016, 5,7% em 2017, 5,7% em 2018 e 5,7% em 2019 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de março de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
			31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Instrumentos de proteção</u>								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Itaú, JP Morgan, Santander	abr/2015 a set/2017	US\$ 290,0	US\$ 290,0	904,0	761,8	904,0	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ 183,7	US\$ 50,6	583,5	136,6	583,5	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (473,7)	US\$ (340,6)	(1.186,1)	(749,1)	-	1.186,1
Resultado acumulado			-	-	301,4	149,3	1.487,5	1.186,1
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	abr/2015 a jun/2015	US\$ 52,6	US\$ 42,9	167,8	114,2	167,8	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ (52,6)	US\$ (42,9)	(167,2)	(115,6)	-	167,2
Resultado acumulado			-	-	0,6	(1,4)	167,8	167,2
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada	Banco do Brasil, Itaú	mai/2015 a ago/2016	R\$ 327,5	R\$ 327,5	546,3	532,0	546,3	-
Passivo em taxa de juros CDI			R\$ (327,5)	R\$ (327,5)	(498,9)	(486,1)	-	498,9
Resultado acumulado			-	-	47,4	45,9	546,3	498,9
d – Swaps cambiais ativos em euros								
Ativos em euro (Pré)	Itaú	-	-	€ 0,2	-	0,5	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	€ (0,2)	-	(0,5)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	-	-	-
Resultado acumulado total bruto					349,4	193,8	2.201,6	1.852,2
Imposto de renda					(70,5)	(36,7)	(70,4)	-
Resultado acumulado total líquido					278,9	157,1	2.131,2	1.852,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					302,8	164,5		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(23,9)	(7,4)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de março de 2015, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 473,7 milhões de principal com posição passiva, na média a 100,0% do CDI, sendo US\$ 183,7 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,7% a.a. e US\$ 290,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,8% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de março de 2015, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 11,6 milhões e tinham na média uma posição ativa a 77,7% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 41,0 milhões de principal com posição ativa a 83,0% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de março de 2015 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 11,8% a.a. e passiva a 98,6% do CDI.

d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em euro, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de março de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 300,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 31 de março de 2015, uma receita de R\$ 89,2 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 18,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 121,9 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,5% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Em 31 de março de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor *nocional* referente transações altamente prováveis, sendo reconhecida no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2015 uma receita de R\$ 39,1 milhões.

Em 31 de março de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 41,0 milhões de valor *nocional* referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2015 uma despesa de R\$ 14,0 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2015 uma receita de R\$ 1,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, um resultado nulo referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 15,0 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 98,6% do CDI.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e a demonstração de resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2015 e de 2014 da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	31/03/2015	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(29,7)	10,8
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(0,4)	(14,0)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,4	-
Total	(28,7)	(3,2)

	R\$ milhões	
	31/03/2014	31/12/2014
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(10,8)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	5,8	(7,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	6,6	-
Total	1,6	(7,3)

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão demonstrados a seguir:

		31/03/2015			31/12/2014	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	139.179	139.179	133.296	133.296
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.333.198	2.333.198	2.690.638	2.690.638
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	21.618	21.618	3.435	3.435
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	583.244	583.244	892.065	892.065
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	628.724	628.724	505.574	505.574
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	302.804	302.804	164.496	164.496
Total			4.019.385	4.019.385	4.400.122	4.400.122
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.477.567	1.477.567	1.132.644	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	5.174.396	5.153.370	4.904.248	4.878.005
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.255.920	2.252.908	2.283.852	2.281.353
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	46.296	46.296	47.044	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	23.872	23.872	7.424	7.424
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	128.185	128.185	92.072	92.072
Total			9.106.236	9.082.198	8.467.284	8.438.542

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data das informações trimestrais.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
 (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Categoria	Nota explicativa	31/03/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	139.179	139.179	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.333.198	2.333.198	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	21.618	21.618	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	583.244	583.244	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	628.724	143.333	485.391	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	302.804	-	302.804	-
Total			4.019.385	3.231.190	788.195	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.477.567	-	1.477.567	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	5.153.370	840.366	4.313.004	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.252.908	-	2.252.908	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	46.296	-	46.296	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	23.872	-	23.872	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	128.185	-	128.185	-
Total			9.082.198	840.366	8.241.832	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	133.296	133.296	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.690.638	2.690.638	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.435	3.435	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	892.065	892.065	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	505.574	146.782	358.792	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	164.496	-	164.496	-
Total			4.400.122	3.876.834	523.288	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.132.644	-	1.132.644	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.878.005	707.281	4.170.724	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.281.353	-	2.281.353	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	47.044	-	47.044	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	7.424	-	7.424	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	92.072	-	92.072	-
Total			8.438.542	707.281	7.731.261	-

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 3.205.622 ações no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização. Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a) das demonstrações financeiras da Sociedade arquivadas na CVM em 25 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 4,03 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2015 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	241.793	682.718	1.123.643
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(241.771)	(682.664)	(1.123.557)
(1)+(2)	Efeito líquido	22	54	86
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(1.099)	41.385	83.869
(4) Margem bruta da Oxiten		1.099	(41.385)	(83.869)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	2.842	5.815
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(2.845)	(5.820)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	<u>(3)</u>	<u>(5)</u>

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/03/2015
IRPJ e CSLL (i)	406.478	-	-	7.466	413.944
PIS e COFINS (ii)	119.237	-	-	2.020	121.257
ICMS	20.829	-	-	102	20.931
Previdenciárias	10.483	179	(21)	159	10.800
Cíveis (iii)	58.336	77	(1.464)	17	56.966
Trabalhistas (iv)	71.516	2.638	(1.605)	227	72.776
Outras	562	9	(10)	4	565
Total	687.441	2.903	(3.100)	9.995	697.239
Circulante	64.169				69.283
Não circulante	623.272				627.956

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 515.120 em 31 de março de 2015 (R\$ 505.650 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Provisões

i) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 396.203 em 31 de março de 2015 (R\$ 388.675 em 31 de dezembro de 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

i) A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou inidutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso apresentado ao STF aguarda julgamento. A controlada possui provisão de R\$ 20.948 em 31 de março de 2015 (20.706 em 31 de dezembro de 2014).

ii) As controladas Oxiten S.A., Oxiten Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiten Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 94.113 em 31 de março de 2015 (R\$ 92.457 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 118.043 em 31 de março de 2015 (R\$ 116.480 em 31 de dezembro de 2014); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 37.175 em 31 de março de 2015 (R\$ 36.370 em 31 de dezembro de 2014); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 52.563 em 31 de março de 2015 (R\$ 52.011 em 31 de dezembro de 2014); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 46.472 em 31 de março de 2015 (R\$ 45.256 em 31 de dezembro de 2014); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), R\$ 17.900 em 31 de março de 2015 (R\$ 17.806 em 31 de dezembro de 2014); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 29.316 em 31 de março de 2015 (R\$ 28.811 em 31 de dezembro de 2014); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 66.140 em 31 de março de 2015 (R\$ 60.412 em 31 de dezembro de 2014); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 41.233 em 31 de março de 2015 (R\$ 40.224 em 31 de dezembro de 2014); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 36.812 em 31 de março de 2015 (R\$ 36.396 em 31 de dezembro de 2014); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 9.551 em 31 de março de 2015 (R\$ 8.173 em 31 de dezembro de 2014); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155, X, ‘b’ da Constituição Federal), R\$ 11.728 em 31 de março de 2015 (R\$ 11.579 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 31 de março de 2015, é de R\$ 142.413 (R\$ 140.566 em 31 de dezembro de 2014).

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.562, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. *Processos cíveis*

Provisões

iii) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 56.966 em 31 de março de 2015 (R\$ 58.336 em 31 de dezembro de 2014).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

d. *Processos trabalhistas*

Provisões

iv) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 72.776 em 31 de março de 2015 (R\$ 71.516 em 31 de dezembro de 2014) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 31 de março de 2015.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de março de 2015, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de março de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		<u>Demanda acumulada (real)</u>	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Em toneladas de eteno	<u>38.133</u>	<u>52.048</u>	<u>44.352</u>	<u>52.196</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de março de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		<u>Demanda acumulada (real)</u>	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Em toneladas de eteno	<u>10.965</u>	<u>10.964</u>	<u>9.116</u>	<u>10.471</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxitenó	US\$ 1.104
Ipiranga	R\$ 705
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 250
Extrafarma	R\$ 100

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxitenio S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
31 de março de 2015	22.595	23.765	-	46.360

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
31 de março de 2015	a pagar	86.135	250.073	140.658	476.866
	a receber	(50.064)	(152.842)	(95.315)	(298.221)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi R\$ 28.888 (R\$ 15.198 no período de três meses findo em 31 de março de 2014).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de três meses findo em 31 de março de 2015, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 5.439 (R\$ 4.868 no período de três meses findo em 31 de março de 2014) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de março de 2015 atingiu 8.471 participantes ativos e 146 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2014, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	31/03/2015	31/12/2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	29.344	28.521
Multa FGTS	52.885	50.881
Gratificação	26.326	25.288
Seguro de vida	15.522	15.101
	<u>124.077</u>	<u>119.791</u>
Total	<u>124.077</u>	<u>119.791</u>
Circulante	11.412	11.419
Não circulante	112.665	108.372

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	31/03/2015	31/03/2014
Receita de vendas bruta	17.799.847	16.286.765
Receita de serviços prestados bruta	148.822	141.194
Impostos sobre vendas	(460.137)	(395.949)
Devoluções e abatimentos	(85.978)	(83.590)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	1.086	(1.556)
	<u>17.403.640</u>	<u>15.946.864</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>17.403.640</u>	<u>15.946.864</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/03/2015	31/03/2014
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	15.567.150	14.412.245
Gastos com pessoal	438.564	396.319
Fretes e armazenagens	241.792	239.932
Depreciação e amortização	235.875	214.283
Propaganda e marketing	52.188	61.978
Serviços prestados por terceiros	42.408	54.032
Aluguel de imóveis e equipamentos	33.572	25.654
Outras despesas	82.194	79.164
	<u>16.693.743</u>	<u>15.483.607</u>
Total	<u>16.693.743</u>	<u>15.483.607</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15.821.547	14.674.871
Despesas com vendas e comerciais	584.204	504.836
Despesas gerais e administrativas	287.992	303.900
	<u>16.693.743</u>	<u>15.483.607</u>
Total	<u>16.693.743</u>	<u>15.483.607</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 9.251 no período de três meses findo em 31 de março de 2015 (R\$ 8.452 no período de três meses findo em 31 de março de 2014).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	31/03/2015	31/03/2014
Parceria comercial	9.007	8.444
Merchandising	8.192	8.029
Programa de fidelidade	3.377	1.658
Outros	882	1.883
	<u>21.458</u>	<u>20.014</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>21.458</u>	<u>20.014</u>

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No período de três meses findo em 31 de março de 2015 o resultado foi um ganho de R\$ 22.260 (ganho de R\$ 7.028 no período de três meses findo em 31 de março de 2014) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	39.386	29.996	86.596	74.389
Juros de clientes	-	-	15.910	15.035
Outras receitas	8	-	952	1.002
	<u>39.394</u>	<u>29.996</u>	<u>103.458</u>	<u>90.426</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(123.177)	(108.554)
Juros sobre debêntures	(26.925)	(22.917)	(69.852)	(57.499)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(657)	(624)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	1.012	639	(11.001)	(11.177)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(40.850)	(18.025)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a)	(36.112)	(8.401)	(36.112)	(8.401)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(6)	(4)	(3.052)	(915)
	<u>(62.031)</u>	<u>(30.683)</u>	<u>(284.701)</u>	<u>(205.195)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(22.637)</u>	<u>(687)</u>	<u>(181.243)</u>	<u>(114.769)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

Lucro básico por ação	31/03/2015	31/03/2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>384.871</u>	<u>246.923</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	545.957	542.670
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,7049</u>	<u>0,4550</u>
 Lucro diluído por ação	 31/03/2015	 31/03/2014
Lucro líquido da Sociedade	<u>384.871</u>	<u>246.923</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	550.226	546.810
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,6995</u>	<u>0,4516</u>
 Média ponderada das ações (em milhares)	 31/03/2015	 31/03/2014
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	545.957	542.670
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.126	2.126
Usufruto de ações	<u>2.143</u>	<u>2.014</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>550.226</u>	<u>546.810</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Evento subsequente

Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa 23.f).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

Até 6 de maio de 2015, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) e a Prefeitura Municipal de Santos aplicaram multas à Ultracargo em relação a tal evento, totalizando R\$ 25 milhões. Uma parte deste montante pode ser contestada pela Ultracargo. A Ultracargo está atualmente realizando avaliações preliminares dos impactos deste acidente que podem não ser cobertos por nossas apólices de seguro.

Este evento não impactou as informações trimestrais de 31 de março de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente).

Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC nº 1 SP 138635/O-2